

TELETRABALHO E ARTICULAÇÕES TEMPORAIS **VIDAL SASSOON***

EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO**

RESUMO:

Tendo em conta o carácter social do tempo, pretende-se esboçar ao longo deste texto uma breve problemática acerca dos imaginários temporais que transparecem dos discursos sobre o teletrabalho. Procuramos, ainda, evidenciar, além de algumas modalidades de teletrabalho, as opções metodológicas mais apropriadas para a apreensão das transformações temporais derivadas da sua implementação, em especial no que se refere à articulação entre estudos quantitativos e qualitativos.

Introdução

A implementação do teletrabalho como modalidade de trabalho e forma de vida refere-se a muito mais do que a um simples processo de mudança organizacional e individual quando é a linguagem, ainda que silenciosa, do tempo e do espaço que está em causa. Uma linguagem que

* Uma das primeiras marcas a propor o "2 em 1".

** Assistente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. Agradeço ao Prof. Dr. Albertino Gonçalves a leitura e as sugestões a este texto.

“fala” (Hall, 1996) sobre o modo como conhecemos, vivemos e nos organizamos e que, por isso, diz cultura, diz imaginário, diz memória. Após uma apresentação das diversas modalidades de teletrabalho, pretendemos ao longo deste texto esboçar uma breve problemática sobre o modo como o imaginário temporal que transparece dos discursos sobre as potencialidades do teletrabalho, em especial aquele realizado “em” e “a partir” de casa, propicia dois tipos de entendimento.

O primeiro inspirado nas representações da temporalidade¹ pré-moderna, anuncia o advento de uma cultura temporal policrona, marcada pela permeabilidade entre diversos tempos e espaços e, por conseguinte, alternativas à temporalidade industrial, tida como excessivamente rígida: Kairos, Deus da Oportunidade, da Felicidade que incarna o tempo “real”, vivido, “concreto” e “cíclico”, submete Chronos, o Deus que sugere linearidade, regularidade, abstracção e formalização do tempo através de instrumentos “artificiais”.

O segundo sustenta, com algum desencanto e cinismo, que a referida policronia, em vez de superar o “tempo social dominante”, “estruturante” num determinado momento, organização social e cultura, intensifica-o, sobretudo, no que respeita à dicotomização dos tempos em “privados” e “públicos” (Zerubavel, 1981) e em “femininos” e “masculinos”, mantendo-se o predomínio dos últimos: Chronos domina Kairos.

A reflexão, cuja informação empírica é de carácter exploratório, entende-se, acima de tudo, como um projecto de “desconstrução” das tipologias mais utilizadas na análise do tempo social, que se distanciam, grande parte das vezes, das práticas quotidianas dos actores. É de extrema importância referir que o raciocínio assenta, de forma particular, nos desenvolvimentos das representações sociais sobre o tempo no Ocidente ligados, indubitavelmente, a alterações históricas profundas. Desse modo, utilizamos as denominações de “pré-moderno”, “moderno” e “pós moderno” enquanto conceitos úteis para a concepção da evolução histórica das formas dominantes do tempo social. Distanciamos-nos, a este respeito, do debate sobre a adequabilidade real destes conceitos, em especial dos dois últimos, no que se refere ao sentido implícito de ruptura entre natureza e cultura, um projecto “moderno”, assumido como incompleto por alguns autores (Latour, 1997).

¹ A temporalidade consiste na “realidade dos tempos vividos pelos grupos, isto é, na multiplicidade de condutas temporais e de representações do tempo ligadas à diversidade das situações sociais e dos modos de actividade no tempo” (Mercurio, 1995: 13).

As reflexões esboçadas neste texto apoiam-se em três fontes distintas:

- Consultas documentais e bibliográficas, referentes principalmente a estudos de casos realizados na Europa, que permitiram o contacto com o universo específico dos teletrabalhadores, estimados em cerca de 25 000 em Portugal (Korte, 1996: 28), acerca dos quais pouco se sabe dada a própria ambiguidade das situações susceptíveis de serem consideradas como “teletrabalho”;
- Entrevistas a pessoas identificadas como teletrabalhadores;
- Inquérito nacional a 52 pessoas com potencialidades de virem a ser teletrabalhadores. A selecção destes inquiridos obedeceu aos seguintes critérios relativos, sobretudo, às características das funções desempenhadas: grau de autonomia; equipamento passível de ser adequado ao espaço habitacional; grau de concentração exigida; contacto directo com clientes; dependência de informação electrónica e possibilidade de organização flexível do tempo. Foram seleccionadas cinco áreas de trabalho (secretariado, *marketing*, vendas, recursos humanos e finanças) distribuídas pelos dois sectores de actividade mais propensos a este tipo de trabalho: o transformador e o terciário. Para cada sector foram seleccionadas três empresas. Tendo em conta a divisão departamental de cada uma das empresas, foi realizada uma amostragem não probabilística que nos pareceu mais ajustada ao carácter exploratório do estudo. Foram entrevistadas 52 pessoas: 42% do sexo masculino e 58% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos, no que respeita à área de actividade; 8% dos inquiridos desempenham funções de secretariado, 11% trabalham em departamentos de *marketing*, 30% no sector de vendas, 32% nos recursos humanos e cerca de 19% em funções ligadas à contabilidade e finanças.

1. Modalidades de teletrabalho

Antes de passarmos a referir cada uma das problemáticas, é necessário definirmos o teletrabalho, assim como as suas modalidades. O teletrabalho, em sentido lato, refere-se ao “trabalho realizado com a aplicação sistemática de telecomunicações que permitem trabalhar e

comunicar à distância, trocando sistematicamente informações e dados” (Girard, 1995: 23). Qualquer que seja a forma adquirida, está-lhe subjacente a ideia de flexibilidade organizacional, produtiva e contratual, como observamos na tipologia seguinte:

- No domicílio – teletrabalho em casa (o trabalho é desenvolvido “em” e “a partir” de casa do trabalhador);
- Móvel – teletrabalho desenvolvido pelo trabalhador dadas as características das funções que desempenha (vendas, seguros, publicidade, etc). Neste caso, o trabalhador utiliza diariamente Tecnologias de Informação e Comunicação a fim de se manter ligado à empresa;
- “Deslocalizado” – teletrabalho realizado para empresas estrangeiras;
- Telecentro ou *telecottage* – quando os funcionários da mesma ou de várias empresas com funções semelhantes ocupam um escritório alugado para o efeito, distante da organização principal. Manifesta-se interessante observar os argumentos a favor da constituição de “centros de vizinhança” ou “telecentros” em Paris pela CATRAL – Agência Regional para o Ordenamento do Tempo: “emerge um novo conceito de organização das actividades económicas no espaço urbano e suburbano, o telecentro. Intimamente ligado à difusão do teletrabalho e ao descongestionamento do tráfego insuportável nas áreas metropolitanas, estes centros têm-se vindo a desenvolver em vários países da Europa (...). O objectivo é agrupar empregados de diversas empresas de serviços e mesmo da administração pública em locais próximos da sua área de domicílio, onde possam trabalhar a tempo inteiro ou parcial, recorrendo às mais modernas tecnologias, mantendo-se em ligação telemática com as suas organizações de origem (...). O estudo prévio, realizado, apontava par 4 milhões de habitantes da região da Ilha-de-França que tinham de se deslocar para longe do seu domicílio todos os dias, o que representa 75 por cento de todos os activos da região, e qualquer coisa como 7,5 milhões de horas de trabalho perdidas em deslocações” (Rodrigues, 1997: 12);
- *Hotelling* – quando as actividades profissionais se realizam, durante grande parte do horário de trabalho, num espaço exterior à

empresa. O trabalhador não é detentor de um lugar determinado nem de equipamento personalizado no espaço da empresa.

Lallement (1990: 218) propõe uma definição mais explicativa. Defende que o teletrabalho abrange uma grande heterogeneidade de tarefas e tanto pode envolver empregos altamente criativos e qualificados como pouco qualificados e muito dependentes. O autor refere, por um lado, os contratos sub-remunerados, cujos trabalhadores estão numa situação de “desapossamento”, executam tarefas rotineiras e estão totalmente dependentes das encomendas e, por outro, os contratos cujos trabalhadores desempenham tarefas qualificadas, bem remuneradas e relativamente autónomas. Estes estão frequentemente associados a participações nos lucros da empresa. A tipologia apresentada pelo autor resume-se assim:

- *Teletrabalho precário*, referente a uma mão-de-obra sem qualificação como o desempenho de funções de dactilografia ou inserção de dados estatísticos. Neste tipo de teletrabalho a autonomia é quase nula.
- *Teletrabalho de recompensa*, relacionado especialmente com as actividades de consultoria, análise de dados e codificação de ficheiros. Segundo o autor, este tipo de teletrabalho encontra-se, sobretudo, nas seguradoras e organismos financeiros. Os empregados realizam este trabalho a tempo parcial e de forma polivalente. A polivalência, é de resto, a grande fonte de autonomia e motivação utilizada pela Gestão.
- *Teletrabalho de aproximação*, que tem como objectivo aproximar a empresa à sua clientela. Trata-se, normalmente, de delegações geograficamente dispersas que pressupõem, da parte dos funcionários, o exercício das funções com autonomia (por exemplo, as agências bancárias).
- *Teletrabalho independente*, correspondente, no fundo, ao exercício da verdadeira autonomia. Comporta o trabalho desenvolvido, autonomamente, por pessoas com elevada qualificação (investigadores, informáticos, programadores, consultores) que trabalham grande parte das vezes *em e a partir* de casa.

2. Imaginário de uma temporalidade policrona: em busca da lentidão do tempo (perdido)

“Porque terá desaparecido o prazer da lentidão? Ah, onde estão os deambuladores de outrora? Onde estão esses heróis indolentes das canções populares, esses vagabundos que preguiçam de moinho em moinho e dormem ao relento? Terão desaparecido com os caminhos campestres, com os prados e as clareiras, com a natureza?” Perguntas de Milan Kundera (1997), fios condutores para a percepção do modo como o teletrabalho sugere a construção de um imaginário de regresso a partir da assunção da degenerescência da cultura temporal, de carácter linear e abstracto, dominante no período industrial. Linearidade e abstracção porque incorpora a simbologia Protomaica, a ideologia do Destino, do Fim, do Progresso e, com eles, do Futuro, do Programa e da Utilidade, além de que se refere à construção “fetichista” e reificada do tempo: passível de ser “medido”, “poupado” ou “perdido”, tal e qual uma mercadoria, engendra relações de poder estruturantes do próprio sistema capitalista (Jannièrre, 1979; Giddens, 1995) e propicia-se a manipulações de tipo abstracto, “estranho” ao indivíduo².

As razões para a degenerescência encontram-se, ironicamente, na organização industrial, considerando-se que esta temporalidade não coincide com as flutuações constantes do ambiente de mercado e na organização da vida privada porque se assume estar na origem da “mutilação” das interacções familiares, de eventuais atentados contra a saúde e de distorções da personalidade (Sue, 1994). Esta última ideia legitima-se na constatação de que os tempos de trabalho e tempos “livres”³, ainda que sincronizados, encontram-se rigidamente padronizados (Zerubavel, 1979; Baudrillard, 1991). O “quadro temporal”, modo como o conjunto das

² De todo o modo, partilhando as ideias de Elias (1996), o sentido “concreto” do tempo, isto é, a sua dimensão experiencial e subjectiva enquanto “realidade”, não está em causa, o que nos reposiciona no debate sobre a ruptura/continuidade entre natureza e cultura.

³ Norbert Elias (1992) distingue o tempo de trabalho do tempo livre, que, por sua vez se diferencia do tempo de lazer. Chesneaux (1996) distingue quatro tempos: o tempo biológico (sono e alimentação), o familiar, que é igualmente doméstico e cultural (de reprodução do ser social), o pessoal ou íntimo (“para mim”) e o mercantil (dedicado ao trabalho como meio de obtenção de rendimentos). Fazemos corresponder os três primeiros ao domínio tendencialmente “privado” e o último ao domínio tendencialmente “público”. Estas distinções são, apesar de tudo, artificios, dada a porosidade entre tempos.

acções, actividades e projectos dos indivíduos, tomados individual ou colectivamente, se encontram estruturados, “funcionalizados” socialmente (Grossin, 1996) é visto como impeditivo da imbricação de tempos e espaços públicos e privados, o que resulta na admissão da quase ausência de autonomia do indivíduo no que concerne à coordenação desejável entre os ritmos biológico, laboral e social, entendendo o ritmo como “acentuação das durações e dos intervalos, no equilíbrio encontrado entre a continuidade e a descontinuidade do tempo” (Gurvitch cit. Mercure, 1995: 18). Ideia que vem de encontro à ênfase dada aos atentados contra a família e contra a paisagem rural⁴ que encontramos nas diversas representações sobre o tempo industrial (Needham, 1973; Ricoeur, 1979; Jannièrre, 1979; Landes, 1987; Pronovost, 1989; Adam, 1990; Sue, 1994; Adam, 1995; Chesneaux, 1996; Elias, 1996; Bessin, 1999).

As características do tempo industrial, em relação às quais se constrói o imaginário de regresso, resumem-se, assim, do seguinte modo:

- Dicotomização do tempo feminino e masculino;
- Domínio do tempo masculino;
- Tempo “urbanizado”;
- Tempo “organizacional”;
- Tempo “artificial”.

O projecto de uma nova temporalidade, advogado de um quadro temporal “desdiferenciado” e suportado na crença da possibilidade de restituição da “concreticidade” do tempo ao indivíduo (Elias, 1996)⁵, alicerça-se na ideia da possibilidade de “recuperação” da “qualidade” e da “privacidade” dos tempos sociais⁶, através da permeabilidade entre

⁴ Estes são, quando muito, redimidos pelos esforços das sucessivas “próteses”, produzidas no interior da temporalidade industrial (traduzidas na possibilidade de levar o campo até à cidade, por exemplo, através do cão ou da planta).

⁵ A valorização das dimensões “ecológica” e “natural” do tempo, ao ser criada pelo “regresso” ao passado (“regresso do trabalho a casa” ou “regresso da fábrica a casa” ainda que electrónica), remete para o exercício da *ressimbolização* do tempo (Ricoeur, 1979).

⁶ A preferência pelos “tempos sociais” em relação ao “tempo social” é notória. Privilegiando-se a metodologia etnometodológica e fenomenológica, dá-se especial atenção ao modo como os diferentes grupos sociais, sujeitos a diferentes, específicos e circunstanciados “sistemas de interacção” produzem as suas articulações temporais ligadas inequivocamente a relações de dominação.

tempos e espaços mais privados (lazer, família, tempo próprio) e os tempos e espaços tendencialmente públicos (identificados com o universo do trabalho). Tudo isto porque, como aludimos, se presume que a temporalidade dominante, industrial, se tornou “aberrante” devido à subversão do tempo concreto, natural e “sagrado” da pré-modernidade. Assim, relativamente à construção do imaginário de regresso, o teletrabalho, embora encarado como um mecanismo favorável às organizações, aparece, sobretudo, como um meio do indivíduo criar “arranjos” espaço-temporais que remetem para um tempo pré-moderno mitificado.

Remissão que se pode encontrar, por exemplo, na analogia entre o tempo da figura do teletrabalhador e o tempo evocado pela figura do agricultor, ou seja, o tempo do “mundo rural perdido”. Desta forma, o teletrabalho representaria a “ruralização” e, em certo sentido, a “lentição” do tempo, manifestas na possibilidade de regresso à aldeia, ao ritmo agrícola, à plena liberdade de articulação da vida privada e da vida de trabalho, num estilo de vida que alia o arcaico e o moderno (Cathelat, 1991), o que aparece como argumento para a valorização da *telecottage*. Aliás, a *Telecottage*, “telecampo” ou “telealdeia”, é uma das figuras centrais dos discursos de renovação rural de vários países, em especial dos países da Europa e da América do Norte. O pressuposto base da sua constituição é, precisamente, a aliança entre o campo e a tecnologia. Neste sentido, incitam-se profissionais de várias áreas a abandonarem os centros das cidades e a instalarem-se nas aldeias, algumas delas bastante desertificadas, com a ajuda de meios de comunicação sofisticados. Assim, na ordem do imaginário, o teletrabalhador, nomeadamente aquele que trabalha por conta própria, goza, tal como o agricultor, da “disponibilidade” do tempo, tem “todo o tempo do mundo” (no tempo livre e no tempo de trabalho). O tempo de trabalho, “utilitário” e o tempo livre, “não utilitário e ecológico” (Balandier, 1964) alternam-se, sobrepoem-se e sucedem-se sem uma regra rígida, o que se situa na linha do desprezo pelas imposições temporais assentes em instrumentos artificiais como o relógio, comportamento típico do tempo “rural” (Bourdieu, 1963)⁷.

⁷ Vários estudos realizados por investigadores ocidentais em África tinham como finalidade incutir nos africanos a necessidade da regulação artificial do tempo considerada o principal vector de progresso económico. Na realidade, estávamos perante um “choque” cultural de fundo ideológico que confronta o conceito de tempo “moderno”, “comprado” com o conceito de tempo arcaico, “dado” (Sansot e Pillet, 1981).

No centro do “regresso a casa” está, precisamente, uma forma particular de ocupação e uso do tempo: a policronia, baseada na possibilidade de se fazerem “várias coisas ao mesmo tempo” (Hall, 1996). Segundo Hall, por oposição à monocronia, a policronia define-se como um sistema temporal em que o tempo não é visto como uma realidade concreta, tangível, que possa ser gasta, poupada, vendida, medida e adstrita a um espaço e a uma actividade específica que se ordena numa escala hierárquica. Ligado mais ao cumprimento de objectivos do que a processos, este tipo de sistema temporal, comparativamente ao monocrono, facilita a flexibilidade e enriquece os contextos de interacção social. Podemos, para melhor entendimento, seccionar esse sistema temporal em dois planos: o da organização e o do indivíduo.

Do ponto de vista organizacional, a policronia pressupõe um organograma em rede ou em teia pelo qual a organização, doseada de caos e esquizofrenia, se identifica com um sistema debilmente articulado (Weick, 1976). A particularidade deste tipo de organizações reside, sobretudo, no grau de autonomia concedido às partes do sistema que, criando a diferenciação, solicita elevados níveis de integração e de compromisso pois “sem pessoas competentes, um sistema administrativo de tipo policrono é um desastre” (Hall, 1996: 63). As declarações seguintes expressam, sobretudo, as potencialidades do teletrabalho para as organizações:

– O meu patrão está contente por eu ser mais produtivo quando, afinal, já não tenho de despender três horas por dia num carro a ir e vir do trabalho. Assim consigo tempo extra para dedicar ao meu trabalho e à minha vida privada. Prefiro ter a possibilidade de organizar a minha vida de modo a agradar ao meu patrão e a mim próprio. (teletrabalhador, programador)

– Como supervisor, cuja função quase toda a gente desempenha pelo menos uma vez na vida, que tal acerca do problema dos atrasos? Ninguém chega mais tarde ao trabalho. Por isso não necessita ser chamado à atenção só porque se atrasa 2 ou 3 minutos... (engenheiro informático, coordenador de teletrabalhadores)

No que respeita ao teletrabalho, frequentemente os trabalhadores, não integram o sistema. Portadores de um elevado grau de autonomia, são sub-contratados por uma organização com a qual estabelecem contratos à obra. Daí o teletrabalho desencadear, essencialmente, a externalização do trabalho, potenciada pela intensificação do uso das Tecno-

logias de Informação e Comunicação. Os exemplos mais aflorados de empresas que utilizam o teletrabalho são os da Lotus, IBM, Hewlett Packard, Andersen Consulting, Digital, Netwest, AT & T, Midland Bank, Nokia Data, American Telecom, American Express, Finish Telecom, Johnson and Johnson, Creapress e INTEL. Para a Digital, considera-se mesmo que o teletrabalho permitiu “poupar” cerca de dois milhões de dólares em espaço. O espaço é indicado, também, como a principal razão para a adopção do teletrabalho na Rank Xerox cujo objectivo inicial era reduzir os custos dos escritórios em Londres que chegaram a representar 31% dos custos totais da empresa. No mesmo sentido, a ICL – International Computers Limited enunciava que a principal vantagem do teletrabalho era a produtividade já que 45 horas no escritório da empresa representavam apenas 25 horas quando o mesmo trabalho era realizado em casa (Wirth, 1990).

Do ponto de vista pessoal, e ainda sob o domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, a multi-espacialidade e a multi-temporalidade imperam e facilitam a *imbricação* de tempos privados e públicos, o que supõe autonomia de decisão sobre o carácter das articulações entre estes (Moon⁸, 1998; Hickford, 1998⁹). Porque não há um tempo padronizado, estanque, condição *sine qua non* do modelo típico “das nove às cinco” (Toffler, 1980), não há propriamente tempos “perdidos”, considera-se que os tempos dos dois domínios podem ser inter-cambiáveis. Na prática quotidiana, o indivíduo tem a possibilidade de conjugar desempenhos de papéis diversos sem estar sujeito a tempos rígidos e rotineiros. Uma das práticas pode consistir, por exemplo, em fazer um intervalo das 14h às 17h para utilizar esse tempo em actividades de “lazer” ou “ocupação familiar” e voltar a trabalhar entre as 21h e as 24h, “repondo” o tempo despendido. As afirmações seguintes são elucidativas desta interpenetração de tempos:

- Trabalhar em casa satisfaz-me porque tenho a possibilidade de organizar o meu dia de trabalho. Sempre fui desportista e este trabalho dá-me a possibilidade de praticar desporto, algo que não conseguia

⁸ Baseado num estudo de caso, ainda a decorrer, realizado numa empresa de telecomunicações do Reino Unido com cerca de 161 teletrabalhadores espalhados pela Europa.

⁹ Estudo realizado a partir de organizações envolvidas no projecto DG XVII THERMIE ENTRANCE da União Europeia. Foram estudados em profundidade 24 casos em quatro organizações com o objectivo de determinar os impactos comportamentais, ambientais e económicos do teletrabalho.

fazer quando estava no trabalho com horário fixo, por causa das horas que despendia a conduzir o carro. (teletrabalhador, assinante da eto.forum).

- O gestor de vendas pode ocupar-se a maior parte do dia com clientes, voltar a casa, visionar o jogo de futebol do filho e, depois de jantar, envolver-se num projecto com um cliente usando o correio electrónico. O controlo do trabalho voltou para o trabalhador individual, que agora tem os meios para tirar o máximo partido do tempo. (assinante da lista de discussão eto.forum, teletrabalhador).

- O teletrabalho é um excelente auxílio para quem necessita de conciliar diversas actividades com horários distintos. Além disso, ao permitir que executemos determinadas actividades no nosso próprio ambiente, em nossa casa, facilita imenso a tarefa. Em casa eu posso adequar o ambiente ao meu estado de espírito, estou sozinho, não tenho de estar limitado às regras da maioria. Ouvir música, ver televisão ou trabalhar na mesa do jardim é impensável nas instalações do jornal, mas é perfeitamente possível em casa. Isso ajuda a criar condições de trabalho e ritmo próprio. (Jornalista, teletrabalhador a tempo parcial).

- As pessoas não imaginam quanto se deixa na auto estrada, não necessitando de se deslocar, existe menos stress e obtém-se uma maior qualidade de trabalho. Frequentemente faço numa hora aquilo que me leva meio-dia no escritório. A minha vida mudou muito mais do que eu tinha imaginado que iria mudar. (declaração de teletrabalhador in O'Connel, 1996).

- A satisfação aumentou, as pessoas sentem-se mais realizadas, são capazes de ser mais pró activas e, ao mesmo tempo, sentem-se melhor com a sua vida familiar. (declaração de teletrabalhador in O'Connel, 1996).

- Naquilo que diz respeito à família e vida pessoal, o teletrabalho permite-me ter mais tempo livre para férias, levar a minha filha à escola de manhã, tomar as minhas decisões e trabalhar quando quiser. (declaração de teletrabalhadora – tradutora).

3. Domínio da temporalidade monocrona e o tempo "passageiro"¹⁰

Assim concebido, o teletrabalho representa uma ideia de tempo que entra em ruptura com o tempo industrial, considerado na origem do "desgaste intolerável" (Debouzy, 1979: 209) dos ritmos sociais. No entanto, a ruptura não se realiza cabalmente, dado que a "ruralização" acaba por "servir" e complementar o tempo industrial. Esta subordinação é tanto maior quanto menor for o poder de negociação do teletrabalhador face ao seu contratante, o que pode levar ao "desapossamento"¹¹ no que respeita, precisamente, à regulação do tempo, sobretudo privado, desde que esteja sob alçada da organização cliente¹².

A decomposição desta hipótese requer a consideração de quatro ideias fundamentais para explicar as incongruências práticas do imaginário de regresso. Estas ideias alicerçam-se nas seguintes questões: *até que ponto o imaginário de regresso, ao confrontar-se com as práticas próprias do modelo industrial, ao invés de subverter, acaba por reproduzir as lógicas convencionais relativas às articulações espaço-temporais entre vida privada e vida de trabalho? E até que ponto esta reprodução acentua a divisão convencional entre espaços e tempos privados/públicos e femininos/masculinos, com sobrevalorização dos últimos?*

De facto, em primeiro lugar, é necessário perceber como a cultura temporal industrial é marcada pela predominância da valorização social do público. Em segundo lugar, perceber como a valorização do tempo e

do espaço exterior se ajusta pela valorização do tempo/espaço masculino, tipicamente monocrono, em detrimento do tempo/espaço feminino, tipicamente policrono. Em terceiro lugar, perceber como esta divisão sexual do espaço e do tempo não se reduz a uma produção da cultura industrial mas remete para a sua incorporação num *habitus* próprio dos papéis atribuídos a cada um dos sexos. Em quarto lugar, é necessário perceber como o espaço doméstico se cristalizou ao longo do tempo como um espaço de actividades privadas, relativamente "protegido" da esfera do trabalho. Estas ideias, aqui condensadas, revelam-se centrais para perceber como a policronia implica alterações que, embora apontem para a recuperação do "tempo perdido", vão no sentido da compressão moderna do tempo num mundo onde "o ritmo da vida social está cada vez mais em ruptura com os ritmos naturais e religiosos e cada vez mais caracterizado por numerosas descontinuidades temporais" (Mercurie, 1995: 6).

A principal lacuna das práticas de flexibilidade reside na não resolução da articulação dos domínios privado e público, isto é, na dificuldade em se "passar" de um tempo para outro, o que tem implicações efectivas na (des)valorização tempo privado/público e do tempo feminino/masculino. Uma das razões para isso deve-se ao facto desta transferibilidade de tempos (e espaços) não ter viabilidade concreta quando grande parte das organizações destinadas à satisfação de necessidades do domínio do privado (cuidado de crianças e idosos, organizações de lazer e práticas culturais) estão predominantemente estruturadas pelo modelo de tempo monocrono. Esta situação torna impraticável a designada inter-mutabilidade de tempos, isto é, por exemplo, a "troca" do sábado e do domingo pela quarta e quinta-feira pois gera a própria incompatibilidade entre as temporalidades dos indivíduos que pertencem, simultaneamente, a organizações diversas. À semelhança do que começa a acontecer noutros países, vemos surgir, embora timidamente, algumas organizações menos monocronas na organização do tempo. Existem já algumas creches que prestam serviço contínuo, inclusive ao fim-de-semana, e que se pagam mediante o número de horas durante as quais a criança se mantém na instituição. Mesmo ao nível dos serviços públicos tem-se assistido a significativas alterações, especialmente no que se refere ao seu funcionamento entre as 12h e as 14h. Convém, no entanto, referir que estas alterações, que para o cliente-utente parecem óbvias, supõem transformações significativas das representações temporais. Casos há em que os funcionários interpretam o facto de terem de trabalhar (ainda que alternadamente) à "hora de almoço" como "perda de direitos adquiridos".

¹⁰ O "passageiro" ou "trocador" como metáfora do não lugar/não tempo é usada por Augé para explicar como a multi-espacialidade, a multi-temporalidade e o individualismo, traços da pós-modernidade, podem desencadear a indefinição ou a ambivalência exacerbada (Augé, 1992) o que desemboca numa forma de "estrangeirização" do tempo. Veja-se, a este propósito, a reflexão de Foucauld (1995) acerca do paradoxo da figura do "tempo escolhido".

¹¹ Uma comparação real entre teletrabalhador e agricultor permite-nos ver que este está mais próximo da figura do agricultor industrial, não "biológico", que controla os ciclos naturais, eliminando, por vezes, os potenciais efeitos destes (o tempo é "encurtado" por efeito da própria tecnologia e genética, que permitem a produção agrícola em contínuo. Na prática, não há lugar para os produtos ou frutos da "época").

¹² Prost mostra como o "lugar" de trabalho implica não só a confusão de objectos e de "instrumentos" pertencentes a dois domínios distintos, como implica, por vezes, a invasão do espaço e do tempo "privado" pelas constantes solicitações (em forma de ordens e conflitos) do "mundo" de trabalho, como são os casos da costura, do comércio e da agricultura (Prost, 1990). A estas actividades, podemos acrescentar a docência ou outras profissões "liberais", onde a "acessibilidade" do tempo é instável e fluída (Zerubavel, 1981).

Outras alterações que estão a ocorrer referem-se aos períodos de férias que, gradualmente, deixam de ocorrer apenas nos meses de Verão, embora no interesse preponderante das organizações. É neste último sentido que a problemática da dessincronia temporal mantém-se: quando estas alterações não são acompanhadas de um modelo global de carácter policrónico as temporalidades dos membros de um mesmo grupo entram em desconexão e descambam, por parte das organizações, em poderosos discursos ideológicos sobre a disponibilidade e acessibilidade permanente que comprometem o enunciado resguardo e privacidade do tempo, em especial do livre (Foucauld, 1995; Mercure, 1995).

3.1. Reforço da dicotomia

Na medida em que o tempo de trabalho interfere na privacidade do tempo livre (e vice-versa), o teletrabalho desencadeia um aparente paradoxo: a própria rigidez no cumprimento de compromissos¹³ (Moon, 1998), típica do “não lugar” e do “não tempo” (Augé, 1992). Algumas estratégias desenvolvidas pelos teletrabalhadores no sentido de reduzir estes prejuízos da indefinição dos tempos (que resulta na compensação) passam pela decisão de teletrabalhar em locais especializados, como telecentros, ou de se impor a si próprios um tipo de disciplina segmentadora. À contracorrente da “desejada” policronia, reproduz-se a tradicional dicotomia entre trabalho e vida privada, tanto ao nível do espaço como do tempo: “para que consigam trabalhar o máximo numa esfera e proteger-se contra o excesso de trabalho na outra (doméstica), escrevem exactamente as horas que trabalharam, estabelecem horários e espaços fixos para trabalhar. O estúdio funciona como escritório, separado do resto da casa” (Casimir, 1998: 282).

A informação resultante das entrevistas realizadas a teletrabalhadores potenciais, com experiência de trabalho em casa, revela estas estratégias de demarcação de um tempo monocrono, sobrevalorizado enquanto “tempo pago”, no interior do policrono (doméstico), assim subvalorizado

¹³ A qual traduz a disponibilidade total perante a organização. Como refere Linda Thompson, o teletrabalho não representa “unicamente roseiras e tectos de colmo, mas também longas horas de trabalho à luz ténue das candeias, tendo como paga salários de baixo nível, dores nas costas e vista cansada após longas horas frente ao monitor do computador” (cit. por Serra, 1995: 125).

enquanto “tempo de não fazer nada”¹⁴. Além disso, evidenciam o desfazamento entre o imaginário de regresso do trabalho a casa e as representações dos actores em relação a esta. Enquanto local de residência, espaço privado por excelência, a casa é conotada com “família”, “descanso”, “lazer” e “amigos”, num estilo claramente *foyer* (Coenen-Huther, 1991). A dimensão “trabalho” (actividade profissional) não aparece na generalidade dos entrevistados como uma das suas atribuições (recordemos que estamos a falar de pessoas trabalhadoras por conta de outrem há vários anos). Pelo contrário, considera-se (56%) que trabalhar em casa representa tirar tempo ao descanso e à família (que envolve convívio e desempenho de outras actividades). O quadro seguinte (quadro 1) apresenta-nos a distribuição de frequências relativas às frases que pretendiam caracterizar a percepção sobre as atribuições principais do espaço doméstico.

Quadro 1
Percepções relativas à ocupação do espaço de habitação

FRASES	Concordo (%)	Discordo (%)	Totais (%)
a) <i>A residência deve ser reservada para descansar e estar com a família, não para trabalhar</i>	52 (100)	0	52 (100)
b) <i>Trabalhar em casa permite dedicar mais tempo à família</i>	(23) 44	(29) 56	(52) (100)
c) <i>A casa tanto serve para descansar como para trabalhar</i>	(25) 48	(27) 52	(52) 100
d) <i>Trabalhar em casa é um engano, acaba-se por trabalhar mais</i>	(30) 58	(22) 42	(52) 100

Número total de inquiridos: 52.

¹⁴ O “local” e a “actividade” são dimensões essenciais na determinação do valor social do tempo (Sorokin, 1937; Hall, 1996). A passagem da pré-modernidade para a modernidade é marcada por “uma mudança profunda na posição funcional da comunidade doméstica”, o que corresponde a uma separação da “casa” e da “profissão” pelo que a “economia doméstica não será um sítio de produção mas lugar de consumo” (Weber, 1992: 306). Neste sentido, o “fora” – conjunto de organizações dirigidas à satisfação dos indivíduos – sobre põe-se ao “dentro”. Este desequilíbrio valorativo contribui para a resistência acentuada, quer da parte das chefias, quer da parte dos trabalhadores, em implementar o teletrabalho em casa, considerando-se que comporta riscos de marginalização e desfavorece a promoção.

O domicílio é considerado o centro da vida privada e, como tal, considera-se que deve ser preservado: “a residência deve ser reservada para descansar e estar com a família, não para trabalhar”. Ideia que se acentua à medida que sobem o nível de habilitações e o grau de autonomia profissional¹⁵, o que remete para o modo como o fecho ou a abertura do espaço doméstico se prende com as diferentes posições sociais¹⁶. As pessoas entrevistadas, maioritariamente quadros, enfatizam a necessidade de separar os diferentes tipos de espaços. Isto implica a segmentação do domicílio de forma a limitar a intrusão no espaço privado e a condicionar a abertura deste ao exterior. Grande parte das vezes esta segmentação passa pela criação de um escritório, opção que não é, todavia, possível para uma parte significativa de teletrabalhadores para os quais é difícil dispor de espaço que permita essa segmentação. O escritório aparece, assim, como uma espécie de ilha, zona demarcada da esfera pública e do trabalho, num mundo predominantemente privado e que se pretende resguardar enquanto tal.

A “demarcação de um tempo monocrono no interior do policrono” leva-nos à questão da hierarquia dos tempos ao nível do género. Os estudos já referidos mostram como o trabalho das mulheres teletrabalhadoras tende a aumentar tanto no que se refere às exigências da organização como no que respeita ao espaço doméstico, em especial quando casadas e mães: “as mulheres com filhos pequenos queixaram-se de que, a partir do momento em que começaram a teletrabalhar, o nível de trabalho aumentou. Algumas mulheres sentem-se constrangidas em terem que pagar a empregadas domésticas quando elas próprias estão em casa, acabando por as dispensar e dedicar mais tempo às tarefas de arranjo da casa”. É nesta medida que a policronia, culturalmente atribuída à mulher, serve para legitimar a sua “disponibilidade” permanente: “a maior parte das mulheres, embora também alguns homens, referem tarefas específicas que fazem nos intervalos. Lavar roupa e pratos são mencionados. Metade das mulheres inquiridas estão mais tempo em casa com os

¹⁵ Para uma melhor leitura, o nível “concordo” engloba o “concordo totalmente” e “concordo em parte”, o nível “discordo” anexa o “discordo totalmente” e “discordo em parte”.

¹⁶ Embora seja algo muito relacionado com o ponto seguinte, é de todo interesse referir dados preliminares de um estudo realizado precisamente num banco, na região de Braga, que envolveu entrevistas e questionários a cerca de 100 funcionários em que é notória a sistemática prática de “levar trabalho para casa”.

filhos, não porque lhes sobra tempo, mas porque simplesmente acontece que elas estão lá sempre à mão. As crianças pedem para lanchar em casa “... porque tu estás em casa de qualquer modo!” – *you are at home anyway!* (Casimir, 1998: 272).

Estas informações são fundamentais para compreender o que distingue as articulações temporais masculinas e femininas e o modo como se reflectem em práticas diferenciadas de ocupação do espaço doméstico (Bourdieu, 1980). A “invasão” do privado pelo público é mais “aceite” pelo homem do que pela mulher. Segundo o estudo de Mirchandani (1998), os homens que teletrabalham criam o seu próprio tempo e espaço de trabalho, sem os diluir no espaço e tempo privado ou familiar, criam a monocronia, reproduzem o tempo linear no interior de tempos e de espaços que, à partida, não são lineares. Vários teletrabalhadores homens afirmam que, a partir do momento em que começaram a trabalhar neste regime, necessitaram colocar (em certos casos manter) os filhos em creches e demarcar um espaço específico no interior de casa. Esta segmentação não seria relevante não fosse o carácter valorativo que lhe subjaz. O tempo monocrono, “exterior” e “profissional” é sobrevalorizado em relação ao interior. Ora, pode acontecer que frases como esta não estejam desactualizadas: “quando a mulher teletrabalha no domicílio, ela fá-lo na sala de jantar, junto dos afazeres domésticos e das crianças, quando é o homem que teletrabalha no domicílio, um compartimento da casa torna-se escritório. A mulher perde a sua profissionalidade, enquanto que o homem conserva a sua” (Monod, 1983; cit. Lallement, 1990: 226).

A monocronia torna-se “invasora” quando as rotinas e as interacções diárias do espaço-tempo doméstico são alteradas. Trata-se de uma situação verificada, sobretudo, quando o teletrabalhador não possui espaço suficiente para criar o espaço/tempo e se vê constrangido a recorrer a espaços com outras atribuições (como a sala de estar ou a cozinha). Estas soluções são, no entanto, encaradas como menos “legítimas” quando adoptadas pelas mulheres. À procura de um tempo de “qualidade” apropriado vêem-se obrigadas a calendarizar o trabalho (pago) para “quando os filhos estão a dormir ou quando o companheiro está disponível para tomar conta deles” (Casimir, 1998: 272).

Este sentido dos “limites”, das “realidades”, é evidenciado pelos dados recolhidos no estudo exploratório onde se nota que demarcando o “lugar de si e o lugar do outro”, as mulheres contribuem (embora nem sempre conscientemente) para a monocronia masculina:

... quando ele (marido) está a trabalhar, digo sempre aos meus filhos para não o incomodarem, às vezes tenho de lhes bater, porque, coitados, como vão perceber que o pai está ali na sala ao lado e não lhes pode abrir a porta? (...) mesmo assim ele consegue trabalhar com calma, às vezes pergunto-me como será possível! Quando sou eu, nem queira saber, tenho de fazer mil malabarismos, espero que estejam deitados ou a ver televisão, ou então ponho o mais pequeno comigo no computador, mas raramente consigo fazer alguma coisa, a não ser que chame a empregada (...) seria praticamente impossível estar em casa com filhos e com trabalho doméstico, sabe como é uma mulher, quer sempre tudo arranjado... já aquilo que tenho de fazer é complicado... são duas coisas diferentes (licenciada em marketing, 35 anos, a trabalhar numa empresa de componentes electrónicos, no departamento de marketing).

O teletrabalho em casa aparece frequentemente associado às mulheres, o que origina críticas relativamente à possibilidade do teletrabalho continuar a representar a reprodução de valores relativos aos papéis convencionais a ela atribuídos. No Reino Unido, país europeu com mais teletrabalhadores, um estudo realizado em 1997 sobre o número de teletrabalhadores e seus perfis concluiu que cerca de 70% daqueles (num total de 987 000) eram homens que desempenhavam funções de administração e gestão de empresas (Moon, 1998: 258). Referindo-se a estudos de Huws realizados em 1996, o mesmo autor refere que o teletrabalho em casa e a tempo parcial abrangia, sobretudo, profissionais estabelecidos e gestores que viviam perto do local de trabalho, fundamentalmente nas zonas urbanas. Os teletrabalhadores a tempo inteiro foram encontrados em trabalhos mal pagos, desenvolvidos essencialmente por mulheres em zonas rurais. A relação estreita entre teletrabalho e mulher espicaça qualquer espírito mais feminista ao enunciar-se o teletrabalho como um meio benéfico para as mulheres manterem uma actividade sem deixarem os filhos e o lar. De facto, esta é uma via bastante criticada nos meios políticos americanos. O “politicamente correcto” está a fazer passar, na opinião dos críticos, ideias sobre a família tradicional e sobre a mulher que protagonizam, igualmente, “o regresso ao passado”. Analisando vários anúncios que, na sua opinião, fazem passar a imagem do novo tradicionalismo, Ellin (1996) critica ironicamente um, publicado no *New York Times Magazine*, em que uma mulher, vestida de forma muito simples, abraça duas crianças que irradiam felicidade, cujo texto diz o seguinte “começou uma revolução – com ideais nem por isso revolu-

cionários. Ela estava à procura de qualquer coisa em que acreditar – e olhem só o que ela encontrou: o seu marido, os seus filhos, a sua casa e a si própria”. Ela é a mulher contemporânea que estabeleceu um novo compromisso para com os valores tradicionais conotados por algumas pessoas de “antiquados” (Ellin, 1996: 113). Para Ellin, este anúncio evidencia uma viragem significativa na concepção da casa e da família, pois o novo tradicionalismo traduz-se na figura de uma dona de casa e mãe, provavelmente com uma carreira, que acredita no “compromisso” e que é “simples, honesta, real, desprentensiosa e genuína” (Ellin, 1996: 113).

4. Entre a caixa de pandora e a atracção das tipologias¹⁷

As dicotomias feminino/masculino e privado/público, expressas em modos distintos de ocupação do espaço e do tempo, embora evidenciadas pelos dados recolhidos, podem ser encaradas sob um ângulo diverso que suspende o que dissemos anteriormente e acentua o papel dos imaginários. É relevante notar, a partir dos estudos efectuados em vários países, que o espaço/tempo linear se impôs de tal modo como dominante¹⁸ ao nível das representações que gerou uma subestimação da amplitude das “transgressões” ocorridas nas práticas quotidianas. Casimir (1998) salienta que, apesar dos teletrabalhadores de ambos os sexos afirmarem ser impossível trabalhar no espaço doméstico com interferências de filhos e familiares, e, por isso, precisarem de separar os espaços e os tempos, era frequente, no decorrer do levantamento de dados, verificar a presença de crianças a circular pela casa e a solicitar intervenção dos pais. Assim, a defesa da impossibilidade da indiferenciação espaço-temporal das actividades “privadas” e “públicas”, enquanto comportamento de fachada, é reveladora do modo como os actores, conscientes daquilo que se espera deles no desempenho profissional, orientado segundo o modelo de tempo linear, “camuflam” a policronia que se instala no seu quotidiano por quanto esta é conotada com o tempo de “não fazer nada” e, por isso, menos “profissional” e menos valorizado.

¹⁷ Trata-se de uma ideia de Adam (1988), reforçada por Grossin (1996) que denota o risco de se cair no simplismo quando se investigam as manifestações e produções simbólicas do tempo.

¹⁸ Ainda que simultaneamente fosse entendido como “degenerativo”.

No que respeita à relação de género, a transgressão torna-se mais visível. A necessidade de criar (ou dizer que se deseja criar) espaços e tempos separados no interior do privado, comportamento mais assumido pelos homens do que pelas mulheres, pode ser indicativo não de um comportamento de policronia efectiva (em que, de facto, se procura e consegue a transferibilidade de tempos) mas de um comportamento que se pretende adaptado à norma. Mirchandani (1998) questiona-se, por exemplo, sobre o “embaraço” do homem que atende o telefone de um cliente, de um colega ou de um superior hierárquico, com um bebé a chorar ao colo. Mesmo que considere não haver interferência de tal facto na qualidade do trabalho realizado, sentir-se-á avaliado socialmente por sobrepor actividades de níveis distintos no mesmo espaço e tempo, facto que remete, igualmente, para a necessidade de ter em conta a interiorização das normas das culturas “organizacionais”.

Chegamos, assim, a um ponto em que nos encontramos perante dois extremos, ambos relativos e, na prática, insustentáveis por si sós, que se traduzem em duas metáforas: por um lado, a caixa de pandora que ilustra a dificuldade de se explicar e desconstruir as práticas temporais devido à sua heterogeneidade, multiplicidade e circularidade; por outro, a sedução das tipologias, panaceia para o arrumo de semelhante amálgama.

Se optarmos pela concepção tipológica e dicotómica dos tempos sociais considerados dominantes na pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade, verificamos que o teletrabalho, instrumento de flexibilidade potenciador de policronia, remete para a criação de um imaginário de regresso que, nas suas implicações concretas, é contraditório. Contradição que advém do facto de serem, precisamente, as vantagens apontadas na adopção deste sistema de trabalho em casa que desencadeiam a reprodução de dicotomias convencionais entre espaços e tempos privados e masculinos e femininos, com a inerente reprodução dos valores associados. Nesta acepção, e à luz dos dados recolhidos, o que ressalta da possível problematização do teletrabalho como veículo de um imaginário de regresso é a dominância do modelo de tempo sistémico e padronizado na órbita do qual pairam, subordinadas, as práticas policronas. Esta subordinação da policronia em relação à monocronia resume-se às seguintes tendências:

- intensificação do uso do tempo e espaço – com dificuldade de se passar do privado ao público;
- reforço da dicotomia privado/público no interior do privado;

- introdução da monocronia num espaço tipicamente policrono: o doméstico;
- manutenção da dicotomia entre espaço/tempo masculino e feminino.

Já a concepção mais construtivista e estratégica do tempo leva-nos a suspender e a relativizar estas conclusões obtidas por intermédio das tipologias, atenta aos “meios” temporais, ao quotidiano e garante-nos uma visão menos ordenada da realidade. Desta “desordenação” destaca-se a opacidade de grande parte das práticas quotidianas que são desenvolvidas à “margem” ou mesmo “contra” o “quadro temporal dominante”. Quer no tempo linear considerado na sua excessiva rigidez, quer no tempo policrono, considerado na sua plena flexibilidade, encontramos práticas que contradizem as representações acerca da “aberração” ou “escravatura” do tempo moderno e da “sincronia” e “liberdade” do tempo associadas ao teletrabalho. Tal como expusemos antes, à justaposição de formas temporais acresce a necessidade de se avaliar o papel das representações em torno do tempo social dominante já que elas estruturam as formas de dizer as práticas quotidianas e compõem o nosso modo de as sentir.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Barbara (1988), “Social versus natural time, a traditional distinction reexamined”, in M. Young e T. Shuller (eds.), *The rhythms of society*, London and New York, Routledge.
- ADAM, Barbara (1990), *Time and social theory*, Oxford, Polity Press.
- ADAM, Barbara (1995), *Timewatch: the social analysis of time*, Oxford, Polity Press.
- AUGÉ, M. (1992), *Non Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.
- BALANDIER, Georges (1964), “Le temps et la montre en Afrique noire. Problèmes du temps en Afrique au sud du Sahara. Enquete économique-sociologique”, Bienne, Fédération Horlogère Suisse, in Daniel Mercure, *Les Temporalités Sociales* (1995), Paris, L’Harmattan.
- BESSIN, D. (1999), “Le temps, une question de pouvoir”, *Movements*, n.º 2, Jan-Fev.
- BOURDIEU, Pierre (1963), “The attitude of the Algerian peasant towards time”, *Mediterranean Countryman*, vol. 6, pp. 55-72, in John Hassard (ed.), *Sociology of Time*, London, MacMillan, 1990, pp. 219-237.

CASIMIR, Gerda (1998), "Notions from the home: changes in households activities due to telecommuting", *Teleworking environments, proceeds of the third international workshop on telework*, Turku, pp. 268-286.

CATHELAT, Bernard (1991), *Panorama des styles de vie 1960-90*, Paris, Ed. Organisation.

CHESNEAUX, Jean (1996), *Habiter le temps*, Paris, Bayard.

COENEN-HUTHER, Jacques (1991), "Le Domicile: Sphère Privée et Sphère Publique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XCI, Paris, pp. 301-313.

DEBOUZY, Marianne (1979), "Aspects du temps industriel aux États - Unis au début du XIX siècle", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXVII, Paris, pp. 197-220.

DEMONIO, Lucien (1979), "La quadrature du cycle-logique des contraintes du temps en milieu rural", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXVII, Paris, pp. 221-236.

ELIADE, M. (1973), *Mito do eterno retorno*, Lisboa, Ed. 70.

ELIAS, Norbert (1992), *A busca da excitação*, Lisboa, Difel, 1992.

ELIAS, Norbert (1996), *Du temps*, Paris, Fayard.

ELLIN, Nan (1996), *Postmodern urbanism*, Inglaterra, T. J. Press Ltd, Padstow Cornwall.

ETTIGOFFER, D. (1992), *L'entreprise virtuelle ou les nouveaux modes de travail*, Paris, Editions Odile Jacob.

FOUCAULD, Jean Baptiste, et al. (1995), *Une société en quête de sens*, Paris, Odile Jacob.

GAREIS, Karsten (1998), "Telework and the bottom line - costs and benefits of telework", *Teleworking environments, proceeds of the third international workshop on telework*, Turku, pp. 107-129.

GIDDENS, Anthony (1995), *Contemporary critique of historical materialism*, 2.^a Ed., London, MacMillan Press.

GIRAD, Hélène (1995), *Comprendre le télétravail*, Paris, Editions du téléphone.

GROSSIN, William (1996), *Pour une science des temps: introduction a l'ecologie temporelle*, Toulouse, Octares.

GURVITCH, Georges (1964), "The spectrum of social time", Dortrech, Reidel, in John Hassard (ed.), *Sociology of Time* (1990), London, MacMillan, pp. 35-44.

HALL, Edward T. (1996), *A dança da vida: a outra dimensão do tempo*, Lisboa, Relógio d'Água.

HASSARD, John (Ed.), (1990), *The sociology of time*, London, MacMillan Press.

HICKFORD, Adrian, et al (1998), "The nature of scale of teleworking's travel demand impacts: insight from a U.K. trial", *Teleworking environments, proceeds of the third international workshop on telework*, Turku, pp. 312-333.

HOCCHILD, Arlie (1997), *The time bind, when work becomes home and home becomes work*, New York, Henry Holt Company.

JANNIÈRE, Abel (1979), "Las estructuras patogénicas del tiempo en las sociedades modernas", in Vários, *El tiempo e las filosofías*, Ed. Singueme, Salamanca, pp. 126-145.

KORTE, Werner B., et al (1996), "Telework in Europe: Penetration, potential and practice", *Actions for stimulating transborder telework and research cooperation in Europe, Telework 95, DG XIII-B*, Office for Oficial publications of european communities, pp. 81-88.

KUNDERA, Milan (1997), *A lentidão*, 4.^a Edição, Lisboa, Asa.

LALLEMENT, Michel (1990), *Les PME en chambre*, Paris, Ed. Harmattan.

LANDES, David (1987), *L'heure qu'il est: les horloges, la mesure du temps et la formation du monde moderne*, Paris, Gallimard.

LATOUR, Bruno (1997), *Nous n' avons pas jamais été modernes*, Paris, La Decouverte.

MERCURE, Daniel (1995), *Les Temporalités Sociales*, Paris, L'Harmattan.

MIRCHANDANI, Kiran (1999), "Legitimizing work: telework and the gendered reification of the work-non work dichotomy", *The Canadian Review of Sociology and Anthropology*, Toronto, Concordia University.

MODESTO, Joana (1997), "Alguns aspectos sobre a problemática do teletrabalho", *Informação e informática*, n.º 18, Lisboa, Instituto de Informática.

MOON, J. Christopher (1998), "Factors affecting the take up of teleworking in the UK", *Teleworking environments, proceeds of the third international workshop on telework*, Turku, pp. 257-267.

O'CONNELL, Sandra (1996), "The virtual workplace moves at warp speed", *HR Magazine*, vol. 41, 3-1-1996, pp. 50 (Internet).

PRONOVOST, Gilles (1989), *The sociology of time*, Canada, Sage.

PROST, Antoine (1991), "Fronteiras do privado", in George Duby (Ed.), *História da vida privada*, vol. V, Lisboa, Afrontamento.

RICOEUR, Paul (1975), *As culturas e o tempo*, Petropolis, Editora Vozes.

RICOEUR, Paul (1979), "El instante, lo inmediato, el haora, la eternidad, el todo, el uno, el arco del tiempo (passado, presente, futuro), la temporalidad (análisis fenomenológico)", in Vários, *El tiempo e las filosofías*, Ed. Singueme, Salamanca, pp. 11-30.

RODRIGUES, Jorge Nascimento (1997), "A moda latina do teletrabalho", *Jornal Expresso*, Ed. Sec. XXI, 8 Março, p. 12.

SALLAF, Janet W. (1998), "There's a time and place for telework: how social networks affect telework", *Teleworking environments, proceeds of the third international workshop on telework*, Turku, pp. 11-32.

SANSOT, P.; PILLET, G. (1981), *Les donneurs de temps*, Albeuve, Castella.

SERRA, Helena (1995), *A Sociedade de informação como problemática: tecnologias da informação, organização do trabalho e emprego*, Lisboa, ISEG (tese de mestrado).

- SOROKIN, Pitrim; MERTON, Robert (1937), "Social-time: A methodological and functional analysis", *American Journal of Sociology*, Vol. 42, pp. 615-29, in John Hassard (ed.), *Sociology of Time*, (1990), London, MacMillan, pp. 56-66.
- TOFFLER, Alvin (1980), *The third wave*, New York, William Morrow.
- VIRILIO, Paul (1996), *Cybermonde, la politique du pire; entretien avec Philippe Petit*, Paris, Les Editions Textuel.
- WEBER, Max (1992), *Economia Y Sociedad*, Madrid, Economica.
- WEIK, Karl (1976), "Educational organizations as loosely coupled systems", *Administrative Science Quarterly*, Vol. 21, Mars, pp. 1-19.
- WIRTH, Linda; DI MARTINO, Vittorio (1990), "Telework: a new way of working and living", *International labour review*, Vol. 129, n.º 5, pp. 529-550.
- ZERUBAVEL, E. (1981), *Hidden Rhythms: schedules and calendars in social life*, Chicago, University of Chicago Press.
- ZERUBAVEL, E. (1982), "The standarization of time: a sociohistorical perspective", *American Journal of Sociology*, Vol. 88, n.º 1, University of Chicago.
- ZERUBAVEL, E. (1979), "Private time and public time: the temporal structure of social accessibility and professional commitments", *Social Forces*, vol. 58, pp. 38-58.